Carisma e Espiritualidade Dominicana

Frei M. D. Chenu OP

O Carisma de São Domingos

A historia da Igreja é constituída por duas tramas, cuja interferência continua, no mundo, o mistério da humanização de Deus no Cristo. Uma dessas tramas é composta pela ação e o desenvolvimento de instituições visíveis que dão à Igreja a figura de toda sociedade, com suas assembléias, suas hierarquias, seus poderes, seu povo. A outra é toda interior e não pode ser percebida e analisada senão em seus efeitos e a presença e o trabalho do Espírito Santo nas almas que progridem assim na santidade; é a obra daquilo que a teologia e a catequese chamam de graça santificante. Nesta perspectiva, a história da Igreja e então a história da santidade, tanto no modesto ritmo da vida cotidiana, quanto na irradiação de seus mestres eminentes.

Os historiadores parecem não ter discernido suficientemente os dois elementos que compõem esta segunda trama, cuja estrutura, dinamismo e finalidade são muito diferentes. Enquanto a graça santificante, acima mencionada, visa a estabelecer cada um dos crentes na comunhão com Deus no Cristo, já que é constituída per uma relação pessoal toda íntima, um outro regime da graça dota o cristão dos recursos necessários para o cumprimento de uma função na Igreja: o Espírito lhe é dado para construir a Comunidade, cujos múltiplos órgãos e cujas evoluções coletivas realizam a participação na vida divina do povo de Deus como tal. Trata-se de graças "sociais". A teologia e a catequese chamam-nas de "carismas", isto é, são graças duplamente gratuitas, pois não são apenas dons do amor de Deus, como também dons para os outros e não para as pessoas que as recebem. Não é por um artifício especulativo que analisamos deste modo essa 'biologia' divina do Corpo de Cristo, pois na sua primeira carta aos cristãos de Corinto (cap. 12) São Paulo já definiu explicitamente a sua estrutura, como parte essencial da economia cristã. É lamentável que, durante vários séculos, o ensino habitual da Igreja tenha atrofiado o papel dessas graças sociais que foram consideradas como extraordinárias, na sua concorrência com os imperativos legalistas dos organismos autoritários da Igreja, únicos que seriam qualificados para a gestão coletiva do Espírito Santo. Mas o Vaticano II revelou esses dons como essenciais à constituição da Igreja (Lumen Gentium cap. 12, 2).

Disto resulta que, para se ter uma inteligência profunda do desenvolvimento da Igreja e de seu dinamismo ao longo da história, é urgente não limitar-se a considerações das santidades pessoais, por mais radicais que elas sejam, mas destacar em sua luz plena e em suas características específicas as potências funcionais que construíram o seu edifício. Por isso é que devemos analisar os carismas de São Bento, São Bernardo, São Francisco, São Domingos, Santo Inácio e de tantos outros.

Dois traços caracterizam essas graças 'arquitetônicas'. Primeiramente, os carismas não se exercem como aplicações de um corpo de leis pré-estabelecidas, às quais nos submetemos por obediência. Os carismas comportam uma iniciativa, uma inspiração, uma descoberta, uma novidade que o legislador não havia previsto. Eles não emanam assim da autoridade, mas de um instinto - o instinto do Espírito Santo - que discerne as novas necessidades e as aspirações da existência cristã num mundo em mutação Em conseqüência - e esta e a sua característica mais importante - os carismas são provocados e produzidos por e em uma conjuntura que os condiciona e justifica, na sua gênese e estrutura, conferindo-lhes deste modo uma originalidade imprevista, no curso da gestão comum. Donde um caráter de inovação pelo qual entram em convivência com as inovações do mundo. Pode-se prever então o relevo que tomam os carismas aos olhos do historiador habituado à continuidade dos dias. Na verdade, a Igreja será sempre o 'Povo de Deus' em marcha na história do mundo, recapitulando e ultrapassando as santidades individuais

Se aceitamos esta teologia, nosso primeiro passo será de situar Domingos na história, não por uma curiosidade erudita, mas porque os acontecimentos dessa historia condicionaram radicalmente tanto sua vida pessoal , quanto sua obra. Considerá-lo fora do tempo, sob pretexto de exaltar sua santidade, seria dissolver a originalidade de sua inspiração, de sua iniciativa e da Ordem que fundou.

Por volta de 1200, e já durante o século XII produziu-se na sociedade da Europa ocidental, uma evolução das estruturas econômicas, das relações sociais, da mentalidade e dos comportamentos, assim como das aspirações dos homens. Já havia quatro séculos que os homens viviam sob o regime feudal, nascido da necessidade urgente de fazer subsistir uma sociedade que a ruína do Império Romano havia deixado desamparada, não só pelo desmoronamento das instituições políticas como também pela instabilidade cotidiana das relações econômicas e sociais. Os homens se confinam então em suas terras, para tirar delas uma subsistência que a menor intempérie ameaça e que a menor discórdia arruína. É para refazer um tecido social elementar que se criam, pouco a pouco, relações articuladas sobre a dependência dos fracos em relação aos fortes: um homem "se fia" a um outro mais poderoso, o "senhor", que lhe promete ajuda e proteção. Em troca disso, o fiel, o 'vassalo', recebe um bem de raiz, um "benefício", munido dos instrumentos necessários para valorizá-lo. O vassalo torna-se então "o homem de um homem". Esta "homenagem" é fortalecida e solenizada por um juramento, garantia da ordem social e lugar de comunhão. Por este sacramento, a Igreja era evidentemente parte interessada, melhor, referência constitutiva.

Através deste contrato feudal, multiplicado numa quantidade disparatada de senhores em todos os níveis, organiza-se uma sociedade hierárquica em que cada um encontra sua perfeição, mantendo-se em seu lugar, sem pretender transpor os limites de seu compromisso. Como sustentáculo desta estabilidade, desenvolve-se então uma mística da ordem, na qual a dependência torna-se a garantia da dignidade pessoal. A fidelidade é assim a virtude suprema, tanto no plano da ética individual. quanto no do comportamento social A autoridade não é isenta de dominação, mas se exerce segundo o modelo da célula familiar, num paternalismo que torna cordial a soberania e dá à servidão uma flexibilidade desconhecida pela escravidão antiga. Se o senhor resolve pela guerra os conflitos suscitados pela rivalidade entre seus congêneres, pelo menos enobrece a profissão das armas, colocando-a a serviço dos fracos O guerreiro se torna "cavaleiro", numa magnanimidade religiosa, a ponto de se fundarem "ordens" de cavalaria, sacralizadas pela Igreja.

A representação que se faz de Deus é a transposição deste ideal e de seus recursos, pois considera-se esta ordem do mundo como a realização da vontade de Deus na sua providência criadora. Essa referência quase física alimenta a virtude de religião, a partir do momento em que o homem toma consciência disso e aí encontra apoio e segurança. Alguns atribuem tal consistência a esta religião, que nela comprometem toda a sua vida, num estado permanente: renunciando a sedução e as ocupações do mundo, levam sobre a terra a vida dos anjos, no louvor cotidiano de Deus. Os mosteiros constituem a arquitetura mística - e institucional - da Igreja, enquanto os seus abades se apropriam do poder feudal, e a profissão religiosa do monge é a replica do juramento.

Esta cristandade austera e suntuosa deverá, entretanto, enfrentar uma sociedade nova que não lhe fornece mais uma base econômica e cultural. Com efeito, graças a um progresso técnico considerável para esse tempo, particularmente no cultivo da terra, os homens produzem mais do que suas necessidades locais e põem em circulação os excedentes, numa economia de mercado que os faz sair de sua vizinhança imóvel. Seu domínio sobre as forças elementares da natureza, ao mesmo tempo que provoca uma justa estima pelo trabalho como participação na obra criadora, suscita neles o gosto pela iniciativa, pela invenção. Eles suportam mal a tutela de seu senhor e as exigências do dízimo. Solidários nestas autonomias, depreciam seu juramento, que se tornou inútil, e decidem conquistar a sua liberdade, insurgindo-se, se for preciso, contra os seus senhores, sobretudo nas cidades cujo progresso favorece sua coalizão. Organizam-se deste modo corporações, em suas relações de produção; comunas, para sua ação política; universidades, como centros culturais que escapam ao monopólio das escolas monásticas.

Nesta emancipação, eles desenvolvem uma consciência crítica em relação à ordem estabelecida, especialmente contra as instituições eclesiásticas comprometidas com o feudalismo, contra as quais apelam para o Evangelho e para a liberdade do Espírito. Assumindo os propósitos da reforma gregoriana, eles a continuam, deslocando porem o seu centro de gravidade para o engajamento dos leigos. São na verdade homens novos, como eles mesmos se compreendem e se proclamam, em todos os domínios: tanto nas letras quanto nas artes, tanto na cidadania quanto nas iniciativas dos grupos evangélicos. Como era de se prever, a antiga Igreja olha com desconfiança esses "inovadores", às vezes suspeitos de heresias.

Esta efervescência se manifesta, de modo particular, alem das inspirações pessoais, na Itália do Norte, onde companheiros de profissão fundam fraternidades com o nome significativo de 'Humilhados'; e na França. em Lião, onde um artesão da nova geração, Pedro Valdo, por volta de 1175, apesar da oposição de seu bispo, se lança numa pregação popular do Evangelho, pondo em cheque, deste modo, o clericalismo dos ministérios e os caminhos da pregação da fé.

È neste contexto, profano e religioso, que se devem situar duas iniciativas, ao mesmo tempo diferentes e homogêneas, que teriam um grande destino. Pouco depois de 1200, Francisco, filho de um tecelão de Assis, e, no sul da França, um espanhol, Domingos de Gusmão, serão as testemunhas do despertar do Evangelho.

O primeiro suscita a eclosão de fraternidades leigas, que logo povoam a Toscana e a Itália do Norte, consagrando-se à pobreza e ao testemunho fraterno: "homo novus", dirá seu biografo, Tomás de Celano. Domingos, por seu lado, superior do Cabido de 0sma na Espanha, voltando com seu bispo de uma missão diplomática na Dinamarca, passa pelo Languedoc, região da França meridional, onde ambos ficam abalados com a desordem social e religiosa que ali reinava.

Os discípulos de Valdo, cujo evangelismo recrutava numerosos adeptos, divulgavam uma crítica, legitima e intempestiva, da Igreja, de seu aparelho eclesiástico, de seus sacramentos e de seu poder. Com os Valdenses, cruzava de modo estranho o proselitismo de uma seita, de origem maniqueísta, os Cátaros, que definiam a perfeição pelo desprezo da matéria e pela condenação da vida sexual. Diante da conturbação geral dos espíritos e dos comportamentos, ampliada pelas rivalidades feudais, o papa Inocêncio III tinha pedido ao abade de Cister, todo poderoso senhor espiritual e temporal, que fosse combater, 'in loco', todas essas desordens. È aqui que intervêm Domingos e seu bispo.

Na primavera de 1206, o abade de Cister e seus companheiros confabulavam em Montpellier, a respeito da decisão a tomar depois do fracasso completo de sua missão. Tinham convidado Domingos e seu bispo para tomar parte na deliberação. Foi uma reunião sensacional. Aos prelados cistercienses, desanimados e prestes a tudo abandonar, declararam os espanhóis: "Não fiquem surpresos com o seu fracasso. Os senhores enfrentam aqui homens que abraçaram a pobreza evangélica, imitam a vida dos Apóstolos e praticam no meio do povo a mensagem fraterna que pregam. Não fiquem, portanto, espantados com o crédito que eles têm. Os senhores, ao contrário, vieram com grande equipagem, viajam com numeroso séqüito, reivindicando seu poder e fazendo valer seu prestígio. Renunciem a tudo isso, dispensem sua escolta, mandem embora suas bagagem e partam a pé pelas estradas, sem provisões e sem dinheiro, ao encontro dos dissidentes com os quais devem dialogar".

Os monges ficaram primeiramente desconcertados, pois a mendicância lhes era inconveniente, e esta maneira de agir parecia dar razão aos hereges, para os quais a verdade pastoral dependia da pratica da pobreza. Novidade inaudita na legislação hierárquica da Igreja. Entretanto, embora surpresos, os monges reconsideraram suas posições, e tomando na palavra os seus conselheiros, lhes propuseram assumir a chefia das operações, e eles de bom grado seguiram seu exemplo. E assim foi feito. Começava a "pregação". Nascia também neste encontro memorável a idéia da Ordem dos Pregadores, como o reconhecerão, vinte anos depois, os primeiros frades.

A reviravolta estratégica punha em ação o discernimento das condições necessárias para que o Evangelho fosse ouvido, nas conjunturas em que o reformismo moral e autoritário praticado pelos Cistercienses não podia satisfazer. Também não bastava formar, dentro do clero, funcionários regulares, nem reprimir as faltas morais dos fieis. A palavra de ordem era outra: anunciar a Boa Nova aos pobres.

Alguns meses depois, o papa, evidentemente cúmplice, ratificava a iniciativa e as decisões: "Nós mandamos e prescrevemos à tua discrição, escrevia ele a seu legado, escolher homens de virtude provada, aptos a um ministério que imite a pobreza do Cristo e que, numa atitude humilde, mas com o ardor do espírito, não tenham medo de ir ao encontro dos pobres. Ordena-lhes que dialoguem com os hereges, a fim de libertá-los do erro, pelo duplo testemunho do exemplo e da palavra". Aqui se acha expresso o carisma de Domingos.

Durante dez anos, Domingos percorreu o país em todas as direções, ate o momento em que, com seus companheiros, se fixa em Tolosa, capital da região onde o bispo o acolheu, com uma confiança total, "para pregar a verdade do Evangelho". Participando com ele no Concí1io de Latrão (1215), Domingos submeteu ao papa sua experiência, com a intenção de estendê-la, além de seu engajamento local, a toda a Igreja

Inocêncio III acolheu muito favoravelmente o seu projeto e convidou Domingos a adotar uma regra de vida, de acordo com a decisão do Concílio que estava preocupado em ordenar a multiplicação anárquica dos grupos evangélicos. A operação foi realizada com rapidez, pois as intuições fundamentais já haviam amadurecido longamente. Sob o patrocínio da regra, bastante informal, de Santo Agostinho, foram elaboradas instituições, não segundo o modelo do feudalismo monástico, mas em simbiose com as "comunidades" da nova sociedade, excelentemente disponíveis à fraternidade do Evangelho e à liberdade do Espírito, graças às quais a autoridade se tornava o serviço do bem comum. Doravante, nada de abade, mas um simples prior, submetido à eleição e ao rodízio dos cargos. A itinerância apostólica confirma, contra a estabilidade dos monges, uma mobilidade provocada pela circulação das pessoas nas corporações e nos burgos. Ao contrário dos antigos mosteiros, os conventos se estabelecem nas cidades e, imersos na vida do povo, serão os protagonistas da emancipação dos servos. Assim se encarna seu evangelismo.

Por mais diferente que seja das fraternidades de Francisco de Assis, a fundação de Domingos de Gusmão tinha com elas um grande parentesco de espírito e de organização, como o testemunha a legenda do encontro dos dois arautos do Evangelho e como o mostra o credito comum de ambos, e seu recrutamento inaudito junto a nova geração. "Estas duas Ordens, diz um cronista, nos Anais da Normandia, foram acolhidas com um grande júbilo pela Igreja e pelo povo, por causa da novidade de seu estado de vida, no qual pregavam o nome de Cristo. Inúmeros jovens de muito valor e de grande cultura afluíram para eles, atraídos por esta insólita novidade, a tal ponto que, em pouco tempo, eles povoaram o mundo". A criatividade do carisma, que, pelo despertar do Evangelho, constrói a Igreja à medida do mundo.

Deste encontro com o mundo, os contemporâneos tiveram plena consciência, não sem surpresa. O maior historiador do tempo, Mateus de Paris (+1256) assim descreve os Pregadores e os Menores: "Sua cela é o mundo, e o oceano é o seu claustro". Admirável fórmula, aceita por todos. Ela vale para sempre, pois traduz um carisma desde então instituído na historia.

Nota de Redação: O texto deste artigo de frei M. D. Chenu OP, foi publicado no livro "Os Dominicanos", São Paulo 1981, pp. 17-26

© Todos os direitos reservados — Citar fonte: Dominicanos no Brasil — http://www.dominicanos.org.br